

Superexploração e dependência na América Latina e no Brasil

Vicente A. C. Rodrigues¹

Inez Stampa²

Resumo

Aborda a situação de dependência econômica da América Latina e, em particular, do Brasil, valendo-se de revisão bibliográfica e análise de fontes primárias e secundárias. A Teoria Marxista da Dependência (TMD) foi a base teórica central eleita para a análise. Conclui-se que países de capitalismo periférico contribuem para que, nos países de capitalismo central, a acumulação de riquezas dependa mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. Por consequência, fenômeno inverso é registrado nas economias dependentes, em que a massa trabalhadora deve se sujeitar a formas mais radicalizadas de exploração a fim de manter, em nível avançado, o lucro das respectivas burguesias nacionais.

Palavras-chave

Teoria Marxista da Dependência (TMD); Superexploração, América Latina; Brasil.

Overexploitation and dependence in Latin America and Brazil

Abstract

The article addresses the situation of economic dependence in Latin America and, in particular, Brazil, using a bibliographical review and analysis of primary and secondary sources. The Marxist Dependency Theory (TMD) was the central theoretical basis chosen for the analysis. It is concluded that countries with peripheral capitalism contribute to the fact that, in countries with central capitalism, the accumulation of wealth depends more on the increase in the productive capacity of work than simply on the exploitation of the worker. Consequently, the opposite phenomenon is registered in dependent economies, in which the working mass must be subject to more radicalized forms of exploitation in order to maintain, at an advanced level, the profits of the respective national bourgeoisie.

Keywords

Marxist Dependency Theory (TMD); Superexploitation, Latin America; Brazil.

Artigo recebido em fevereiro de 2024

Artigo aprovado em abril de 2024



Introdução

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) nos legou um marco teórico e político de interesse para análise das formações econômico-sociais latino-americanas, sobretudo porque tratou a dependência econômica como uma totalidade e captou as particularidades do modo de produção capitalista na região. Com base neste referencial, este artigo realiza uma reflexão sobre o par dialético desenvolvimento/subdesenvolvimento com o objetivo expresso de compreender o fenômeno da superexploração e da dependência na América Latina e, em especial, no Brasil, valendo-se, para tanto, de revisão bibliográfica e de análise de fontes primárias e secundárias.

Na sociabilidade capitalista, a ideia da democracia como produto da liberdade de indivíduos e da soberania de nações e, ao mesmo tempo, como palco efetivo de violação e supressão de direitos, revela uma contradição inescapável e sistêmica, pois a democracia não pode servir a desígnios diametralmente opostos: a garantia da vida humana em condições dignas e, ao mesmo tempo, a superexploração de tantos seres humanos em favor dos interesses de uma minoria de super-ricos.

Esse quadro, que assume contornos cada vez mais dramáticos no centro do sistema capitalista ocidental, isto é, nos países chamados “desenvolvidos”, é radicalizado nas situações em que se configura a dependência econômica, no sul global³ historicamente empobrecido, onde o não reconhecimento de direitos aliado à regressão de direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora é realidade cada vez mais contundente, resvalando, até mesmo, para a barbárie.

A partir desses elementos, o texto discute a categoria superexploração do trabalho, entendida tanto como o pilar fundamental da economia dependente, quanto como chave de compreensão do par dialético desenvolvimento/subdesenvolvimento e suas consequências. Ou seja, busca-se enfrentar essa relação de unidade, mas, ao mesmo tempo, de antagonismo, estabelecida entre as economias dos

países centrais e as dos países periféricos, detendo-se em analisar a relação de dependência no Brasil do período pós transição democrática. Vista dessa forma, a superexploração não é somente causa, mas, também, consequência da forma como o capitalismo internacional se estrutura nas periferias e, especificamente, na América Latina.

Dependência e desigualdade no desenvolvimento centro-periferia

Sempre ajuda lembrar que em Marx e Engels (1984), antes do enfrentamento da política como superestrutura, há um investimento anterior sobre a própria existência da fonte da qual emanam os comandos, as regulações na sociedade capitalista. A crítica de Marx se dirige desde as primeiras formas de Estado até o Estado moderno capitalista, inclusive na sua forma mais desenvolvida, a *democrática liberal*. Na obra *A ideologia alemã* encontramos, de maneira mais explícita e desenvolvida, a crítica da política enquanto tal, no sentido de que o Estado não pode ser compreendido como um ser autônomo, mas apenas a partir de sua base real, ou seja, das relações sociais que formam a base da existência humana em cada período, isto é, do modo de produção da vida, que tem como base a produção da vida material.

O Estado e a política *democrática* articulam-se, no pensamento marxista, no sentido de frear determinadas lutas sociais, mas essa equação não é direta e nem tão simples. Implica em dominação pelo direito democrático, já que o direito implica necessariamente a contenção orgânica do Estado (limites ao arbítrio) e a suposta salvaguarda dos bens e interesses dos dominados, sempre dentre uma perspectiva burguesa.

Nessa direção, parece-nos oportuno resgatar o pensamento de Ruy Mauro Marini, com destaque para as suas formulações no âmbito da chamada *Teoria da Dependência*, também denominada, nessa vertente, de *Teoria Marxista da Dependência*.

Na análise dos problemas relativos ao desenvolvimento da América Latina e, por conseguinte, na análise dos problemas do desenvolvimento do Brasil, Marini estabelece uma análise dialética, na

tradição marxista, de unidade e antagonismo, para compreender a relação estabelecida entre as economias dos países centrais e as dos países periféricos. Isso é feito a partir de uma reanálise dos postulados apresentados, no início dos anos 1950, pelos intelectuais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)⁴ e do ensaio Desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1966), especificamente no que toca a relação centro-periferia no desenvolvimento do capitalismo internacional.

Ao contrário do pensamento majoritário na Cepal, que, em síntese, compreendia o subdesenvolvimento como uma expressão da industrialização insuficiente na periferia do sistema e, conseqüentemente, como um desequilíbrio causado pela diferença no valor de troca entre bens industriários, produzidos pelo centro desenvolvido, e bens primários, exportados pela periferia subdesenvolvida, Marini enxergava o subdesenvolvimento dos países latino-americanos na linha inaugurada por Frank⁵, isto é, como um fenômeno que carregava “uma unidade de contrários na sua essência” (MESENTIER, 2012, p.11). Marini aceitava, portanto, o postulado da Cepal de que a desigualdade de desenvolvimento capitalista tinha sua origem na troca desigual entre o centro e a periferia, mas, ao mesmo tempo, destacava que, em seu âmago, a troca desigual trazia um segredo: subdesenvolvimento e desenvolvimento estabeleciam entre si uma relação contraditória, complementar e necessária para o sistema.

Para tanto, as economias subdesenvolvidas deveriam cumprir uma função determinante na dinâmica de acumulação das economias desenvolvidas. Tomando sempre por base a realidade latino-americana, Marini relembra que o desenvolvimento histórico da região e sua integração à economia global deu-se “em estreita consonância com a dinâmica com o capitalismo internacional” desde que foi instituída como “colônia produtora de metais preciosos e bens exóticos” (MARINI, 2011, p.132), até a subordinação das estruturas econômicas dos países latino-americanos independentes às economias centrais euro-

peias, com o triunfo mundializado do capitalismo no século XIX e da divisão internacional do trabalho.

Dito isso, observe-se que, na primeira fase da história latino-americana após a chegada dos europeus, que coincide com os séculos XVI a XVIII, as colônias mantiveram duas funções principais no comércio internacional. A primeira foi a produção de gêneros agrícolas e exóticos⁶, nativos ou adaptados pelo colonizador, levando a um aumento na variedade e volume dos produtos negociados no mercado internacional e auxiliando a acumulação de capital comercial no centro do sistema. A segunda, a produção de metais preciosos, que levou ao aumento da oferta de meios de pagamentos no continente europeu, contribuindo decisivamente para a acumulação de capital bancário na Europa.

Essa segunda fase coincidiu com o deslocamento da acumulação primitiva de Portugal e Espanha para os centros bancários da Holanda e, depois, para os centros manufatureiros e bancários da Inglaterra, levando à superação das bases econômicas que sustentavam o pacto colonial, implicando na decadência dos impérios ibéricos e modificando as condições reais nas quais estava sustentado o *exclusivo metropolitano* na América Latina. A dominação secular de Espanha e Portugal na América Latina, mantida com a ajuda de um enorme complexo cultural, político e religioso, desmanchou-se no ar diante das manufaturas inglesas.

Para Marini, um dos elementos mais notáveis desse período de transição é o fato de que as relações dos países recém-independentes com os centros capitalistas europeus “se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região” (MARINI, 2011, p.134-135). É a partir desse período, portanto, que o autor observa a configuração da dependência, a qual entende como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p.134-135).

Em consonância com a tradição marxista, na obra de Marini essa mudança assume importância porque é neste momento em que é possível observar a elevação extraordinária da produtividade do trabalho por meio do progresso técnico, não dependendo mais o capitalista exclusivamente do aumento da intensidade ou extensão da jornada de trabalho. A partir de então, os ganhos de produtividade poderiam ser adquiridos também a partir da produtividade adicional gerada pela máquina. Com isso, o capital industrial passou a reinar absoluto no centro da acumulação, com reflexos não somente para o funcionamento das estruturas econômicas da Europa e América Latina, mas, igualmente, para a conformação do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho.

O capitalismo, afinal, é um sistema que produz globalmente determinadas formações econômicas sociais que não podem ser adequadamente compreendidas de forma isolada. Isto é, somente a análise da lógica global do sistema permite a compreensão efetiva de suas formas particulares ou localizadas e, ao mesmo tempo, é o estudo dessas formas que permite entender o sistema global. Assim, em lugar de *países bem sucedidos*, como aqueles da Europa Ocidental, os Estados Unidos, além de uma diminuta parcela de países asiáticos, com economias dinâmicas e evoluídas, e *países mal sucedidos* – praticamente, o resto do mundo –, caracterizados por formas pré-capitalistas ou insuficientemente capitalistas, a sociabilidade capitalista constitui-se através de uma economia mundial que instituiu uma divisão internacional do trabalho de natureza monopolista e altamente hierarquizada, baseada em formas diversas, mas complementares de especialização produtiva, e que se reflete em vultosas transferências de excedente e de mais-valia no sentido periferia-centro.

De fato, a América Latina politicamente independente continuou a proporcionar um excedente de alimentos que permitiu a especialização industrial no centro. Pela oferta de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, foram amenizados os reflexos

contraditórios da expansão capitalista nos países centrais, a partir de um processo que contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais, e que implicou, para os países latino-americanos, “efeitos rigorosamente opostos” (MARINI, 2011, p.147), consubstanciados na radicalização da questão social na região. Nesse sentido, opera-se uma mudança de qualidade observável na transformação da economia regional, que ultrapassa a “mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais” (MARINI, 2011, p.139).

É razoável que se indague, contudo, por que as elites econômicas latino-americanas persistiram nessa vocação de produtora de bens primários, submetendo-se a trocas cada vez mais desiguais, uma vez que o aumento da oferta mundial de bens primários é acompanhado pela tendência histórica de queda dos preços desses bens em relação a bens industriários. Descartando as explicações mais simplórias, como a simples referência à lei da oferta e da procura, Marini também refuta o empirismo “de que as leis mercantis têm sido falseadas no plano internacional, graças à pressão diplomática e militar por parte das nações industriais” (MARINI, 1972, p.150, tradução própria).

Isto é, os fatores extraeconômicos devem ser compreendidos, na verdade, como reflexos de uma base econômica real que os tornam possíveis.

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala” (MARINI, 1972, p.150, tradução própria).

Como apontou Marx (1998) em *O Capital*, o mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente a sociedade às suas diretrizes⁷. Assim, o fundamento de *Dialética da Dependência* (escrito em 1973) reside, sobretudo, na afirmação de que o capitalismo é marca-

do pela desigualdade no desenvolvimento centro-periferia, que tem por origem trocas econômicas desiguais. Segundo essa perspectiva, após o período colonial, as estruturas produtivas das economias latino-americanas foram organizadas de tal forma que não podem mais ser explicadas sem que se recorra ao entendimento da acumulação de capital das economias centrais. E essa relação, ao mesmo tempo de complementaridade e de antagonismo, é a manifestação da dependência.

Essa nova fase do par dialético desenvolvimento/subdesenvolvimento, que Marini e outros teóricos da Escola da Dependência denominaram de economia dependente, foi subdividida pelo autor em dois períodos principais, a economia agroexportadora e a economia industrial, de acordo com a predominância de cada um desses elementos na reprodução da dependência, sem implicar na substituição total de um pelo outro.

A crise europeia na primeira metade do século XX e, sobretudo, a crise nos países industriais avançados, como Inglaterra, França e Alemanha, gerou interrupções nos fluxos do comércio internacional nos quais estava inserida a economia dependente do Brasil, com reflexos na deterioração acentuada de trocas já radicalmente desiguais. A solução buscada pelo capital nacional foi a de, inicialmente, ampliar a escala de produção dos itens agrários exportados, o que contribuiu para depreciar ainda mais o valor dos produtos brasileiros, com a superprodução de alguns dos bens mais valiosos para a balança comercial nacional⁸, o que levou a deterioração radical de seu valor de troca.

Em decorrência desse quadro, formou-se, progressivamente, no Brasil e, em menor escala, em outros países latino-americanos, um núcleo industrial autóctone, que visou assumir a centralidade da acumulação de capital nacional, ainda que sem suplantar de toda a participação dos produtos agrários, seja pela insuficiência, seja pela deficiência do processo de industrialização nacional e, de toda forma, pela dependência do mesmo. No Brasil, esse ensaio de mudança no eixo da acumulação de capital apresentou resultados particular-

mente expressivos, tornando o país a nação mais industrializada da região. A explicação oferecida por Marini para esse fato parte dos pressupostos que ele já tinha estabelecido para a análise da economia agroexportadora, de que essas interrupções ocorreram na chamada *esfera alta da circulação*, na qual ocorrem as trocas comerciais dos setores dominantes e seus associados, isto é, em que os rendimentos estão, de forma geral, associados à atividade exportadora, e o consumo às importações⁹.

Ou seja, por um lado, a imensa economia brasileira agroexportadora não conseguia mais se realizar, por conta da queda das exportações e depreciação de um valor de troca que, já de início, era profundamente desigual. Por outro, o consumo capitalista, realizado através das importações, também foi achatado, seja pela diminuição do ingresso de capital no país, seja pela turbulência econômica experimentada nos países centrais e consequente diminuição dos bens disponíveis para exportação. Este momento da história nacional, que se assemelharia, em escala reduzida, com outros impulsos de ampliação do mercado interno, principalmente nos anos 1970 e 2010, apontava para a convergência da esfera alta para a esfera baixa da circulação e, portanto, em uma aproximação dos “termos ideais do padrão de desenvolvimento das economias centrais” (MESENTIER, 2012, p.33) ou, como afirma Marini, “parecia, assim, que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a se corrigir e que o capitalismo dependente se orientava no sentido de uma configuração similar à dos países industriais clássicos” (MARINI, 1972, p.167). A periferia brasileira não se moveria, contudo, para o centro.

A breve interrupção das trocas comerciais com o centro dinâmico do capitalismo foi superada a partir dos anos 1945, com a reconstituição deste, agora sob a liderança incontestável dos Estados Unidos. A demanda preexistente, que impulsionara a ampliação da industrialização nacional pela insuficiência de mercadorias industrializadas produzidas pelo centro europeu, com o deslocamento de capitais para o interior da economia dependente latino-ameri-

cana, arrefeceu com a retomada industrial do centro capitalista e reconstituição dos fluxos internacionais de transferência de riqueza na direção periferia-centro. Portanto, a tendência geral da economia industrial do Brasil permaneceu inalterada em relação à economia exclusivamente agroexportadora, isto é, a de não disputar o valor entre as mercadorias exportadas em relação às mercadorias importadas, mas, sim, “compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2011, p.147). A esse recurso compensatório Marini denominou de *superexploração do trabalho*.

Superexploração e dependência

Conforme aponta Franklin (2019), a utilização do termo “superexploração”, para tratar da situação de trabalhadores submetidos ao trabalho assalariado, remonta à primeira metade do século XX, muito antes, portanto, das formulações feitas por Marini. Nesse período, a expressão foi utilizada em sentido mais geral, para retratar a exploração maior que o normal ou, ainda, como sinônimo de ganância patronal desmedida, tendo sido mesmo empregada por alguns autores de influência marxista tanto para abordar a situação de grupos de trabalhadores marginalizados dentro dos países capitalistas avançados (negros, mulheres e jovens), quanto para versar sobre a elevada exploração da classe trabalhadora da periferia submetida ao capital dos países imperialistas.

Diz Marini: “As classes dominantes locais tratam de ressarcir-se dessa perda aumentando o valor absoluto do mais-valor criado pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, ou seja, submetendo-os a um processo de superexploração” (MARINI, 1967, p.91). O conceito de superexploração do trabalho constitui, assim,

o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo o que implica em termos de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão (MARINI, 1967, p.91, tradução própria).

Embora, à primeira vista, essa categoria possa ser compreendida como uma simples radicalização da extração de mais valia (mais valia absoluta), isto é, apenas como um aumento da exploração *normalmente* esperada e, portanto, *aceitável*, é importante observar que, na América Latina, ela assume novas configurações, representando “o fundamento da economia dependente” (MARINI, 1972, p.101, tradução própria).

A superexploração é apresentada, assim, como “[...] um caso anômalo de mais-valor absoluto” a despeito de parecer ser mais-valor relativo (MARINI, 1967, p. 115, tradução própria), um caso em que “[...] a força de trabalho se remunera a um preço inferior ao seu valor real [...]” (MARINI, 1967, p.116). Com a publicação, em 1972, de *Dialética da Dependência*, Marini desvincula a categoria da superexploração da categoria de mais-valor absoluto, apresentando-a como uma maior exploração da força física do trabalhador que resulta no pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho. Podemos dizer que nessa obra a superexploração alcança sua forma mais precisa.

Assim, a superexploração do trabalho é apresentada por Marini como uma realidade social configurada pelo pagamento de salários radicalmente inferiores ao valor da força de trabalho, impedindo que os trabalhadores se mantenham, recuperem-se e reproduzam-se em condições *normais* capitalistas. Isto é, na América Latina, os padrões de reprodução do capital e da força de trabalho não se dão conforme os padrões dos países que ocupam o centro do sistema a partir do século XX, tendo em vista que é somente através da superexploração que o capital nacional consegue manter as suas altas taxas de lucro em uma conjuntura marcada pela tendência geral de restrição ao desenvolvimento do mercado interno (ou subdesenvolvimento do mercado interno) e depreciação do valor de troca dos bens exportados em face das mercadorias importadas (ou troca desigual).

A superexploração não é somente causa, mas, também, uma consequência da forma como o capitalismo internacional se estrutura nas periferias e, especificamente, na América Latina. Por meio da superex-

ploração, Marini identifica duas modalidades distintas de transferência de valor, fundadas, em última instância, no monopólio tecnológico dos países que habitam o centro do sistema. A primeira, que se dá no sentido periferia-centro, isto é, das economias locais periféricas para a economia mundial central e, a segunda, no sentido da pequena e média burguesia para os monopólios internos, constituídos pela burguesia nacional, normalmente associada ao capital internacional em virtude da dependência tecnológica, ou, ainda, diretamente em relação ao próprio capital estrangeiro nacionalizado.

O resultado desse esquema econômico é que as transferências tornam-se ainda mais importantes para o desenvolvimento do sistema capitalista do que a própria expansão local de mais-valor, o que ajuda a explicar, em nosso entendimento, a aparente contradição entre um sistema nacional que visa ao lucro e, ao mesmo tempo, obstaculiza o desenvolvimento do mercado interno, radicalizando a desigualdade social e produzindo condições tais que o desenvolvimento centro-periferia torna-se radicalmente assimétrico, ampliando o risco de ocorrência de revoltas e desafios para o próprio sistema.

Além desses efeitos gerais, é possível citar outros bem específicos, relacionados à depreciação constante das práticas democráticas e para os sistemas de educação, ciência, tecnologia e de inovação na região, com rebatimento para o desenvolvimento político das instituições latino-americanas. Ou seja, a instabilidade democrática e os golpes de Estado seriam parte constitutiva do capitalismo na América Latina e não uma excepcionalidade – esta sim referida aos períodos de inclusão e ampliação do mercado interno, de fortalecimento democrático e de afirmação da soberania produtiva e popular.

Em suas últimas observações sobre a realidade brasileira¹⁰, Marini apontou a necessidade de ser reacendido o interesse pela escola da dependência, depurando-a “seja de suas aderências funcionalistas e desenvolvimentistas, seja para avançar na análise dos processos de reestruturação do capitalismo mundial, impulsionados pela glo-

balização, com profundos impactos sobre sua economia política e o sistema interestatal” (MARTINS, 2017).

Dependência no Brasil contemporâneo

Não foi possível a Marini analisar, portanto, o Brasil pós-transição democrática, os sobressaltos capitalistas dos governos Fernando Collor de Mello (1990–1992), Itamar Franco (1992–1994) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995–2002), nem tampouco os resultados dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), durante os quais, do ponto de vista macroeconômico, foi mantido o arranjo definido pelo governo FHC, que envolvia o chamado tripé econômico: metas inflacionárias controladas, sobretudo, pela variação nas taxas de juros, câmbio flutuante (mas passível de intervenções localizadas) e ajuste fiscal.

Certamente teria chamado a atenção de Marini a estratégia dos governos petistas de complementar a política macroeconômica com intensa acumulação de reservas internacionais, como forma de combater eventuais ataques especulativos, bem como por ações voltadas ao fortalecimento do mercado interno, principalmente a partir de programas de transferência de renda, como o *Bolsa Família*, pela adoção de reajustes reais periódicos do salário mínimo produzindo ganhos reais, pela expansão do crédito pessoal¹¹ e por programas sociais voltados à população de baixa renda¹².

Essa combinação teve como resultado, no primeiro mandato de Lula (2003–2006), a retomada do crescimento econômico, com uma taxa média de expansão anual do PIB em 4,2% nos seus dois mandatos, o que representou quase o dobro da média observada no período de 1995–2002 (2,42%). É interessante observar, também, que com a chamada *crise dos subprimes* (2007), nos Estados Unidos, e a crise financeira global subsequente, em 2008, o PIB apresentou uma variação negativa de 0,6% em 2009, mas com recuperação expressiva já em 2010, atingindo crescimento de 7,5%. No último ano da gestão Lula (2010), contudo, o crescimento baixou a 1,92%, impactado, prin-

principalmente, pela baixa no preço dos produtos integrantes da pauta de exportação e da continuidade da crise financeira internacional.

De toda forma, a expansão do consumo das camadas populares (classes C e D, no jargão mais atual) e o crescimento médio registrado associado às políticas sociais do governo impactou positivamente o mercado de trabalho, ampliando o consumo das camadas populares. Em janeiro de 2003 a taxa de desemprego era de 11,3%, em outubro de 2010 a taxa alcançou 6,1%, menor patamar registrado pela série histórica, sendo que os resultados econômicos e as estratégias dos governos Lula também impactaram na melhoria dos indicadores de distribuição de renda e de redução da pobreza. “O Índice de Gini, indicador fundamental na discussão sobre o tema da distribuição da renda, que em 2003 era de 0,59 atingiu, em 2009, a marca de 0,54. Rompeu-se com a tendência histórica de manutenção do elevado grau de concentração da renda”, aponta Curado (2011, p 93). Quanto à taxa de extrema pobreza, esta caiu de 11,49% em 2005 para, em 2009, 7,8% e, em 2012, 5,8%, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009). A taxa de pobreza seguiu o mesmo ritmo: despencou de 28,16%, em 2003, para 10,52% da população em 2012, conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA, 2011).

Por mais uma vez na história republicana brasileira, parecia que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a se corrigir e que o capitalismo nacional se reconfigurava na direção dos países centrais, com o Brasil passando à condição de sexta maior economia do mundo e com a diminuição das taxas de pobreza e de extrema pobreza.

Contudo, vários sinais apontavam em sentido contrário e prenunciavam a crise futura. Por exemplo, a pauta de exportações registrava uma dominância cada vez maior de produtos não industriais, tendência que vinha desde o governo Collor, e cujo ritmo foi apenas diminuído nos anos dos governos Lula, sem inversão da tendência. Cano (2012)

demonstrou que esse fenômeno foi experimentado em toda a América Latina, que atingiu um percentual dramático de desindustrialização, principalmente a partir dos anos 1990, em virtude da aplicação de políticas econômicas de cunho neoliberal, levando a uma queda geral da participação da indústria de transformação no PIB para a região. “Em 1980 a participação era de cerca de 24% (Argentina e México) e de 33% (Brasil). Os dados entre 2008 e 2010 regridem para aproximadamente 19% no México e na Argentina e a mais aguda, a do Brasil, para 14,6% em 2011” (CANO, 2012, p.833).

A eleição presidencial de 2010, que levou ao poder Dilma Rousseff, do PT, indicava a continuidade do projeto econômico do governo Lula, e, até mesmo, em uma espécie de “aceleração do lulismo” (SINGER, 2015, p.49), buscando o novo governo atacar, de início, o problema dos juros altos. Como aponta Singer, nos dois primeiros anos de governo, “em iniciativa de audácia inesperada, os desenvolvimentistas invadiram a cidadela sagrada das decisões monetárias e avançaram aos saltos, pressionando instituições privadas para reduzirem os próprios ganhos, com o apoio das divisões pesadas dos bancos públicos e de ousada mudança nas regras da poupança” (SINGER, 2015, p.49). Nessa direção, o governo Dilma buscou estabelecer políticas anticíclicas para combater a retração econômica que se anunciava, com a persistência da crise econômica mundial e queda geral do preço de commodities, cuja venda para o exterior era fundamental, via impostos, para o equilíbrio das contas do governo e manutenção do investimento público.

Assim, a nova matriz econômica adotada envolveu a redução de juros, tida como mudança estrutural fundamental, o que levou o Brasil a passar da condição de campeão mundial de juros, em 2011, a apresentar um índice relativamente baixo de juros no período 2012-2013 e, também, o uso intensivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o incremento de linhas de crédito a empresas, totalizando valores na casa dos R\$ 400 bilhões, sobretudo

para a produção, aquisição e exportação de bens de capital e inovação tecnológica; o lançamento do plano Brasil Maior, uma nova política industrial que previa investimentos de até R\$ 600 bilhões de reais, e que buscava promover a retomada do processo de industrialização nacional que, conforme visto anteriormente, apresentava tendência de declínio desde os anos 1980; e, em paralelo com a política de reindustrialização, desonerações na ordem de R\$ 42 bilhões aos empresários, através de diversas medidas que envolveram, por exemplo, desoneração do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI) e do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), além de favorecer a regularização tributária de grandes devedores; lançamento do Programa de Investimentos em Logística (PIL), que buscava estimular a inversão em rodovias e ferrovias; e a reforma no setor elétrico, que buscava baixar o preço da eletricidade não somente para o consumidor pessoa física, mas, igualmente, para a grande indústria, o que provocou reações internacionais.

Completava a nova matriz econômica a política de desvalorização do real (que, em relação ao valor de um dólar, passou de R\$ 1,65, no governo Lula, para R\$ 2,05, em maio de 2012), o que beneficiava as exportações; a adoção de controle dos fluxos de capitais estrangeiros, por meio, principalmente, de alterações na alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e por medidas voltadas à proteção do produto nacional, que variaram desde alterações no Imposto sobre Operações Industriais (IPI) sobre produtos importados, até a contratação massiva de navios-sonda pela Petrobras, de forma a manter em operação o setor de construção naval no país (SINGER, 2015).

Em agosto de 2011, contudo, a segunda fase da crise econômica se aprofundou, reeditando os piores momentos da primeira fase, em 2008, com investidores em mercados emergentes emigrando “em massa para títulos norte-americanos e alemães, rebaixamento da dívida pública dos Estados Unidos pela *Standard & Poor's*, turbulência nas principais bolsas e pânico nas mesas de operação financeira do

planeta. Desta feita, no entanto, o epicentro desloca-se para longe de Wall Street, indo parar no meio do continente europeu” (SINGER, 2015, p.42). Nesse cenário, a articulação política do governo começa a apresentar os primeiros sinais de desgaste na base parlamentar aliada, e a implantação dos projetos do governo sofrem atrasos, tanto em virtude de dificuldades políticas quanto burocráticas. Destaque-se, também, a resistência do Banco Central do país que, embora ainda formalmente autônomo, era controlado, desde o período da ditadura militar (1964-1985), pelo que eufemisticamente se denomina de mercado (financeiro), ou, como preferia Dreifuss (1980), por tecno-empresários (tecnocratas empresários).

O resultado econômico global da crise foi que a tendência de redução do crescimento acabou por contaminar o sistema financeiro internacional a partir de 2012, com a China, maior parceiro comercial do Brasil, diminuindo, igualmente, as suas taxas de expansão: “De dois dígitos, entre 2001 e 2007, esta cai para 7,5% ao ano. O crescimento mundial diminui de 4,1%, em média ao ano, entre 2000-2008, para 2,9% de 2009 a 2014” (SINGER, 2015, p.43). No Brasil, o crescimento, de 2012-2013, caiu para a modestíssima média de 2,46% ao ano.

O governo seria, ainda, surpreendido com a eclosão, em maio de 2013, de uma série de protestos de rua que, progressivamente, assumiram volume massivo. Inicialmente convocado por um pequeno grupo de esquerda, nacionalmente desconhecido, o Movimento Passe Livre, tendo por pauta opor o aumento de R\$ 0,20 da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo, as manifestações, por razões ainda em grande parte indeterminadas, cresceram fortemente em poucas semanas, chegando a arrastar milhões de pessoas para as ruas.

Ao final, o movimento acabou hegemônico por grupos conservadores, graças, em parte, à cobertura de grande mídia corporativa que se fez dele, bem como ao seu próprio caráter difuso e apartidário. Os protestos levaram, dentre outras ações mais incisivas, ao cerco popular ao prédio do Congresso Nacional e a ataques ao Palácio do



Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O espalhamento dos protestos por todo o Brasil obrigou o governo federal a assumir uma postura de coordenação dos entes federados, propondo um pacto político com governadores de diferentes orientações e partidos. O pacto previa uma série de compromissos para a melhoria de serviços públicos nas áreas da saúde, transportes e educação, além de manutenção da responsabilidade fiscal – embora fosse difícil encontrar algum manifestante pedindo este último aspecto.

Os protestos refluíram a partir de outubro de 2013, sem, contudo, implicar no fim completo das manifestações de rua. De fato, em 2014 estava prevista a realização, no Brasil, da Copa do Mundo de Futebol, organizada pela empresa transnacional Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa). Conseqüentemente, mobilizações de rua também foram registradas naquele ano, agora sob o lema *Não Vai Ter Copa*, embora com intensidade e tamanho muito menor do que as *Jornadas de Junho de 2013*. Em pauta, questionamentos sobre os gastos com o evento, a remoção de comunidades populares e a corrupção.

Foi notável, durante o período de 2013–2016, o apoio financeiro de instituições internacionais, como a Ford Foundation, bem como de organizações nacionais, como a Fundação Gerdau, aos protestos de rua. Inicialmente conduzidos de forma aparentemente difusa, progressivamente os protestos passariam ao comando operacional de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras, de variadas orientações ideológicas. Por exemplo, os protestos do *Não Vai Ter Copa*, bem como em apoio ao impeachment de Dilma Rousseff, contaram com a organização do Movimento Brasil Livre (MBL), então uma representação informal do *think tank* estadunidense *Students for Liberty* (SLP), organização ligada à chamada Rede Atlas, fundada, em 1981, por Antony Fisher (1915–1988), um ex-piloto da II Guerra Mundial e empresário britânico radicado nos EUA, responsável por apoiar a criação de mais de 150 instituições libertárias no mundo inteiro.

Membros da Rede Altas estiveram diretamente envolvidos na organização da tentativa de golpe de Estado na Venezuela, em 2014, e na bem-sucedida derrubada do presidente eleito da Ucrânia, no mesmo ano. Em 1977, Fisher fundara, junto com o advogado William Casey, o *Manhattan Institute*, originalmente denominado *The International Center for Economic Policy Studies* (Iceps), um *think tank* conservador baseado em Nova York, tendo por objetivo a defesa do livre mercado. Casey viria a se tornar, entre 1981-1987, diretor-geral da *Central Intelligence Agency* (CIA) (RODRIGUES, 2022).

Não obstante a relevância dessas e de diversas outras ações desestabilizadoras – entre as quais a notória Operação Lava-Jato de combate à corrupção –, que contribuíram, de forma efetiva, para o sucesso do golpe de Estado de 2016 e a derrubada do governo Dilma Rousseff e, posteriormente, para a prisão de Luís Inácio Lula da Silva (2018), é sempre importante destacar, como o fez Oliveira (1977), que a subalternização da economia brasileira não é, ela própria, resultado de uma conspiração, mas sim da dialética emanada entre as necessidades materiais de acumulação e a escala dessas necessidades no sistema capitalista. Tal é a realidade posta, a nosso ver, para o terceiro governo Lula (2023–em curso) num cenário interacional de acirramento e convergência de diversas crises, a política, a econômica, a social, a ambiental etc.

Conclusão

A dependência econômica se configura, pois, como uma situação em que a economia de certos países está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia que a subordina e a sujeita a seus interesses.

Um dos reflexos desse arranjo é que países como o Brasil contribuem para que, nos países de capitalismo central, a acumulação de riquezas passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. Por

consequência, fenômeno inverso é registrado nas economias dependentes, em que a massa trabalhadora deve se sujeitar a formas mais radicalizadas de exploração a fim de manter, em nível avançado, o lucro das respectivas burguesias nacionais.

Nesse esquema, mesmo os eventuais (e breves) surtos de desenvolvimento na periferia não alteram a tendência geral da economia dependente de não disputar o valor entre as mercadorias exportadas em relação às mercadorias importadas do centro desenvolvido, mas, sim, de buscar compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador, a qual Marini designou de *superexploração do trabalho*.

Outro resultado dessa realidade é que as transferências periferia-centro se tornam mais importantes para o desenvolvimento do sistema capitalista do que a própria geração local de mais-valor, o que ajuda a explicar, em nosso entendimento, a aparente contradição entre um sistema nacional que visa ao lucro e, ao mesmo tempo, obstaculiza o desenvolvimento do mercado interno, mesmo ao custo de ampliar o risco de ocorrência de revoltas e desafios para o próprio sistema. Afinal, para compensar as perdas desse modelo assimétrico de desenvolvimento, o capital nacional ou nacionalizado deve apertar ainda mais o torniquete, agudizando a apropriação de valor da força de trabalho.

Periodicamente, a busca por *um lugar melhor ao sol do capitalismo*, de um novo e melhor posicionamento no comércio internacional, leva ao surgimento de propostas reformistas no Brasil, que buscam a criação de consensos internos, de frentes amplas, de contraditórias coalizações etc. Essas propostas reformistas, contudo, costumam desabar sob o peso de suas próprias contradições e em contextos de crise do capital, quando se agudizam as contradições internas e externas do esquema dependentista.

Embora a preservação da democracia, ainda que em sua forma liberal, seja, compreensivelmente, ponto de preocupação permanente no

Brasil, a questão fundamental que se coloca, a nosso ver, é como reverter a tendência histórica de derrota das tentativas reformistas, mais ou menos bem-intencionadas, sob o peso duplo das forças internas e externas que mantêm o esquema da dependência, sem que se tenha no horizonte o rompimento dos laços de dominação que a configuram?

Referências

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número especial, p. 831-851, dez. 2012.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no governo Lula. **Economia & Tecnologia**, ano 07, vol. especial, p. 91-103, 2011.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1980.

FRANK, André Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, vol. 18, nº 4, set. 1966. Disponível em: http://beneweb.com.br/resources/Teorias_e_experi%C3%AAsncias_de_desenvolvimento/7%20Andr%C3%A9%20Gunder%20Frank%20O%20desenvolvimento%20do%20subdesenvolvimento.pdf. Acesso em: 8 fev. 2024.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. O que é superexploração? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 689-715, set./dez. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade**. Brasília: IPEA, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADATA). **Banco de Dados**. Pesquisa por tema. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependência**. México: Ediciones Era, 1972.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución en América Latina. **Investigación Económica**, México, v. 29, n. 113, p. 87-104, jan. 1967.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria da dependência, 20 anos depois de Ruy Mauro Marini. **Blog da Boitempo**. Publicado em 13/07/2017. Disponível em:



<https://blogdaboitempo.com.br/2017/07/13/a-teoria-da-dependencia-20-anos-depois-de-ruy-mauro-marini/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, vol. 2 – O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MESENTIER, Allan Amaral Paes de. **A teoria da dependência em Ruy Mauro Marini**: a construção de uma interpretação marxista para a América Latina. (Bacharelado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2128/1/AAPMesentier.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

RODRIGUES, Vicente A. C. **O governo invisível e a democracia dependente**. Ações de inteligência dos EUA e o Brasil. (Tese Doutorado em Direito). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff 2011–2014. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 102, jul. 2015, p. 39–67.

Notas

- 1 Doutor em Direito. Pesquisador Associado do Laboratório de Estudos Institucionais (LETACI) da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS), ambos registrados Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq). Orcid.org/0000-0002-7628-8085. E-mail: vicenteacr@yahoo.com.br.
- 2 Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS), registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Orcid.org/0000-0003-3770-1129. E-mail: inezstampa@gmail.com.
- 3 O conceito de “Sul Global” refere-se, grosso modo, às regiões da América Central, América do Sul, África e maior parte da Ásia. Contudo, não se trata de um conceito geográfico, mais sim político, que pode ser traduzido como



- a periferia política e econômica do sistema capitalista ocidental. Assim, inclui países que não estão no hemisfério sul, como o México e o a Rússia, e não inclui países do sul geográfico, como a Austrália e o Japão. A maior e mais recente expressão organizativa do Sul Global é o chamado “BRICS”, grupo originalmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, atualmente em processo de expansão.
- 4 Criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os países da América do Sul e Caribe. Teve como integrantes diversos intelectuais de destaque, como o economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) e o economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004). A chamada escola cepalina partia de uma análise estruturalista para compreender o mundo de acordo com a divisão internacional do trabalho, dividido em dois polos antagônicos, o centro desenvolvido e a periferia subdesenvolvida. Os intelectuais da Cepal destacavam a deterioração dos meios de troca entre o centro e a periferia como a principal causa do atraso econômico na América Latina.
 - 5 Ao economista teuto-estadunidense André Gunder Frank (1929-2005) é, normalmente, reconhecido o pioneirismo no desenvolvimento dessa concepção, pela publicação, em 1966, do artigo “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”.
 - 6 Como, por exemplo, urucum, cacau, guaraná, cravo, canela, castanha, pimenta, baunilha etc., que assumiam alto valor no comércio europeu.
 - 7 A afirmação de Marx é a seguinte: “O mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente esse número (de trabalhadores) e essas necessidades (de expansão do capital). O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e o fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso-morto do pauperismo” (MARX, 1998, p.202).
 - 8 Talvez poucos exemplos possam ilustrar melhor esse período do que a decisão do governo brasileiro, em 1929, de incinerar milhares de sacas de café, em face da realidade de que o café passara a valer menos do que o valor necessário para mantê-lo estocado após o chamado Crash de 1929.
 - 9 Em oposição, a esfera baixa da circulação corresponde ao consumo de subsistência dos trabalhadores, que recebem baixos rendimentos pelo trabalho executado.
 - 10 Marini faleceu em 1997, no Rio de Janeiro, vitimado por um câncer linfático que já há alguns anos vinha lhe impedindo de dar aulas e produzir adequadamente suas formulações teóricas, obrigando-o a passar vários meses convalescendo em razão dos efeitos da doença.

- 11 Como aponta Curado (2011, p. 96): “Em janeiro de 2003 a relação operação de crédito (setores público e privado) / PIB era de 23,94%. Em outubro de 2010 esta relação atingiu 47,25%”.
- 12 Devem ser destacados os programas sociais voltados à população de baixa renda, como o Luz para todos, voltado para a eletrificação do campo, e o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que aqueceu o mercado para as construtoras nacionais.